

## BOLETIM 187

Brasília, 15 de agosto 2016



## Centrais vão às ruas contra ameaças a direitos

Organizado por oito Centrais Sindicais, o Dia Nacional de Mobilização e Luta por Emprego e pela Garantia de Direitos, que acontece nesta terça (16), em todo o País, promete mobilizar trabalhadores de diferentes categorias de amplos setores da economia. Haverá paralisação nos locais de trabalho e manifestações em frente às sedes de entidades patronais.

As manifestações marcam uma inédita unidade de ação entre Força Sindical, CUT, UGT, CTB, Nova Central, CSP-Conlutas, CGTB e Intersindical na luta pela garantia dos direitos trabalhistas. O foco das ações estará no combate ao desemprego, luta por medidas para promover o crescimento econômico e contra a idade mínima para as aposentadorias.

Em contato com a Agência Sindical, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, comentou que a rearticulação das Centrais na defesa de bandeiras comuns é fundamental para enfrentar o grave momento do Brasil e os ataques às conquistas sindicais.

São Paulo - O ato será na Avenida Paulista, em frente à Fiesp (federação das indústrias) – símbolo da precarização dos direitos do trabalhador, a partir das 10 horas.

*Fonte: Agência Sindical*

## **EM ALERTA O MOVIMENTO SINDICAL!!!**

## Criada a Frente Parlamentar Mista pelo fim da Contribuição Sindical Obrigatória

A Câmara dos Deputados terá oficialmente a Frente Parlamentar Mista pelo Fim da Contribuição Sindical Obrigatória. O colegiado conta com apoio de 203 deputados e 3 senadores.

A ata de assembleia geral de fundação da frente foi realizada em 12 de julho 2016. Foi presidida pelo deputado Ricardo Izar (PP-SP), eleito coordenador geral, e como coordenadores regionais os deputados Guilherme Mussi (PP-SP), Luiz Lauro (PSB-SP) e Herculano Passos (PSD-SP).

**Objetivos da Frente-** Conforme o requerimento 4921/2016, de autoria do deputado Ricardo Izar, a Frente Parlamentar Mista pelo fim da Contribuição Sindical Obrigatória tem como um



de seus principais objetivos, “além de acompanhar e participar de todas as propostas pertinentes ao tema em tramitação no Congresso Nacional, propor alterações na Constituição Federal, necessárias para uma reforma flexível às normas existentes, deixando que o trabalhador tenha a liberdade de contribuir espontaneamente, e não de forma compulsória como é atualmente.”.

Seguem anexos, ata de fundação e constituição da mencionada Frente Parlamentar, bem como o seu estatuto e a relação das assinaturas de deputados e senadores que aderiram à nova entidade, destaca que o deputado Ricardo Izar será o coordenador perante a Casa.

*Fonte: Diap*

## **Carta de Dilma ao Senado e à população deve ser divulgada nesta terça**

A presidenta afastada Dilma Rousseff deve divulgar nesta terça-feira (16) uma carta à população propondo a realização de plebiscito sobre a convocação de eleições presidenciais antecipadas. O documento tem sido estudado nos últimos dias por Dilma e aliados, inclusive parlamentares, e será um dos últimos posicionamentos dela antes do julgamento final do processo de impeachment.

A previsão é que a presidenta convoque uma coletiva de imprensa no Palácio da Alvorada para explicar os argumentos que vai expor na carta, principalmente classificando o processo contra ela de "golpe".

Na semana passada, 59 senadores votaram pela aceitação do parecer que dá continuidade ao processo. Com isso, o julgamento de Dilma por crime de responsabilidade terá início no próximo dia 25, uma quinta-feira.

De acordo com parlamentares petistas, a presidenta não adotará um tom de despedida na carta. Segundo o senador Humberto Costa (PT-CE), ela fará no documento uma avaliação da conjuntura atual e dirá quais seriam as consequências caso seja definitivamente impedida.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Comissão mista discute MP que facilita privatizações no setor elétrico nesta terça**

*A população poderá participar da audiência enviando perguntas e comentários pela internet ou pelo telefone*

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 735/16 realiza audiência pública interativa nesta terça-feira (16) para discutir o tema com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Bezerra Filho; e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino.

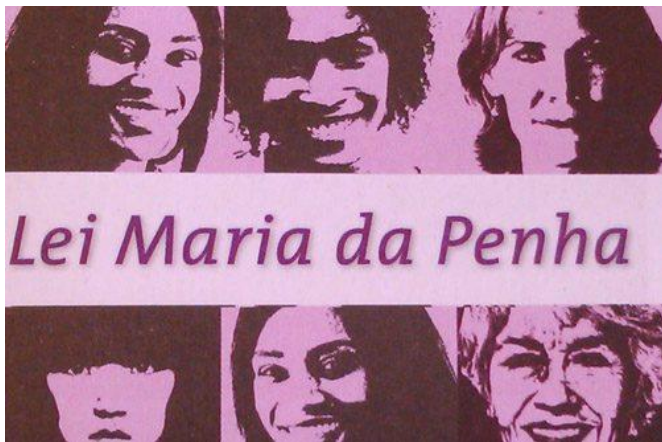
A MP altera cinco leis do setor elétrico brasileiro para diminuir os custos orçamentários da União com subsídios pagos para geração de energia elétrica e preparar o mercado para a redução da presença estatal.

A comissão é presidida pelo senador Hélio José (PMDB-DF) e tem como relator o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). O vice-presidente é o deputado Pedro Uczai (PT-SC) e o relator revisor o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

### Debate interativo

A audiência é aberta à participação da sociedade. Qualquer pessoa pode fazer perguntas, comentários e sugestões pelo portal e-Cidadania e pelo Alô Senado (0800-612211).

*Fonte: Agência Câmara*



## Dez anos da Lei Maria da Penha serão celebrados pelo Congresso na quarta-feira

O Congresso realizará sessão solene, nesta quarta-feira (17), para celebrar a passagem dos dez anos da Lei Maria da Penha, a legislação criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O ato, no Plenário do Senado, a partir das 9h30, reunirá senadores e deputados,

além de dirigentes de entidades feministas e de movimentos sociais.

Está confirmada a presença da própria Maria da Penha Maia Fernandes, a quem a lei deve seu nome. Em 1982, ela sofreu duas tentativas de assassinato por parte do então marido. Na primeira, depois de um tiro nas costas, ficou parálitica. Ela enfrentou luta judicial de quase 20 anos para vê-lo punido.

Ao denunciar seu caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, Maria da Penha descortinou a inércia judicial no país em relação à violência doméstica. Graças à sua iniciativa, o Brasil foi condenado pela Corte, que recomendou ao país a criação de lei para prevenir e punir a violência doméstica. Em 7 de agosto, a legislação completou dez anos. É considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três mais avançadas do mundo em seu campo.

**Observatório** - Na sessão solene, haverá ainda o lançamento do portal do Observatório da Mulher contra a Violência e também de folder com pesquisa inédita sobre violência e participação política feminina, além de um concurso de vídeos por celular. O objetivo é incentivar o protagonismo da mulher e mobilizar a sociedade para discutir os casos de violência.

O portal do Observatório da Mulher segue a estratégia de reforçar a coleta de dados sobre a violência e funcionará como um grande banco de dados sobre as formas de violência combatidas pela Lei Maria da Penha. O concurso de vídeos por celular, intitulado “1 minuto contra a violência”, está sendo organizado pela Comissão Permanente Mista de Violência contra a Mulher. O período de inscrição será de 22 de agosto a 22 de outubro de 2016.



**Curso gratuito** - Na sessão será também divulgada uma logomarca comemorativa baseada em retrato da farmacêutica Maria da Penha e lançado um curso gratuito à distância, oferecido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), chamado Dialogando sobre a Lei Maria da Penha. O objetivo é disseminar o acesso da sociedade à legislação (Lei 11.340/2006) que instituiu diversificados instrumentos e definiu linhas de política nacional para o combate à violência contra a mulher.

Na ocasião, ainda haverá o lançamento de um curso gratuito a distância, oferecido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), chamado Dialogando sobre a Lei Maria da Penha, com o objetivo de disseminar o acesso da sociedade a essa lei essencial no combate à violência contra a mulher.

Os eventos comemorativos foram organizados pela Procuradoria Especial da Mulher, órgão do Senado; e pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, integrada por parlamentares das duas Casas; e ainda pela Secretaria da Mulher e pela Comissão Permanente da Mulher, da Câmara dos Deputados.

*Fonte: Agência Senado*

## **Demora do INSS em reajustar benefício previdenciário não gera danos morais**

Demora do Instituto Nacional do Seguro Social em reajustar benefício previdenciário não gera danos morais. Esse foi o entendimento

firmado pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Distrito Federal ao aceitar recurso da Advocacia-Geral da União e reverter decisão que condenava o INSS a pagar R\$ 10 mil a uma segurada.

A autora da ação acionou a Justiça por conta da demora da revisão. Em primeira instância, a autarquia previdenciária foi sentenciada a pagar R\$ 10 mil em danos morais, acolhendo a alegação de que a família foi privada de uma melhor alimentação, educação e saúde por não ter recebido os proventos na forma devida.

A AGU recorreu. “A eventual demora na revisão de benefício, a alguém que regularmente já recebe renda mensal, não é ofensiva a qualquer direito de personalidade, de forma que não existiria qualquer ação ou omissão danosa a ser atribuída ao INSS”, argumentou.

A 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Distrito Federal acolheu os argumentos da AGU reformou a decisão anterior para anular a condenação da autarquia. “Apesar de reconhecer que pode ter havido ofensa, como consequência remota, a direitos da personalidade da autora, não constato dano direto e imediato provocado pela demora do INSS em proceder à revisão administrativa. Além disso, não vislumbro razoabilidade na concessão de danos morais na presente hipótese. Se adotarmos o entendimento defendido pela autora, toda e qualquer situação de atraso em julgamento geraria danos morais”, avaliou o relator do caso. Com informações da Assessoria de Imprensa da AGU.

*Processo 43264-09.2008.4.01.3400*

*Fonte: Consultor Jurídico*



## Fundacentro promove congresso internacional sobre meio ambiente, saúde e direito dos trabalhadores

A 4ª edição do Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde organizado pela Fundacentro ocorrerá entre os dias 22 a 26 de agosto no salão Nobre da Faculdade de Direito da USP. Os interessados em participar devem se inscrever pelo site [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br). As vagas são limitadas.

O Congresso vai reunir especialistas na temática laboral do Brasil e de outros países da América Latina para discutir condições de saúde e meio ambiente dos trabalhadores, e os mecanismos de defesa das condições dignas de trabalho.

A programação engloba mais de dez mesas de debates sobre temas como: ameaças à seguridade social; direitos trabalhistas em tempos de crise econômica; desconstrução dos direitos do trabalho e saúde na América Latina; organização do trabalho e violência moral, entre outros.

Serviço: 4ª edição do Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde

Data: 22 a 26 de agosto

Local: Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Largo do São Francisco, nº 95, centro, São Paulo (SP)

Fonte: MT

## Justiça do Trabalho promove mutirão para garantir pagamento de dívidas trabalhistas

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho promove de 19 a 23 de setembro a sexta edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista, que este ano adota o slogan "A justiça só é efetiva quando realizada por inteiro". O objetivo é promover um engajamento nacional para solucionar processos com dívidas trabalhistas em fase de execução. "Queremos que as partes recebam os valores que lhes são devidos em processos já julgados pela Justiça do Trabalho, mas que ainda não foram pagos", afirma o coordenador da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista, ministro Cláudio Brandão.

Durante a Semana, magistrados e servidores de 1º e 2º grau, das unidades judiciárias e administrativas, vão se mobilizar, em regime de mutirão, em todas as regiões brasileiras. Em 2015, na edição anterior da Semana, foram arrecadados mais de R\$ 691 milhões para o pagamento de dívidas trabalhistas.

Fonte: TST

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luís Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**